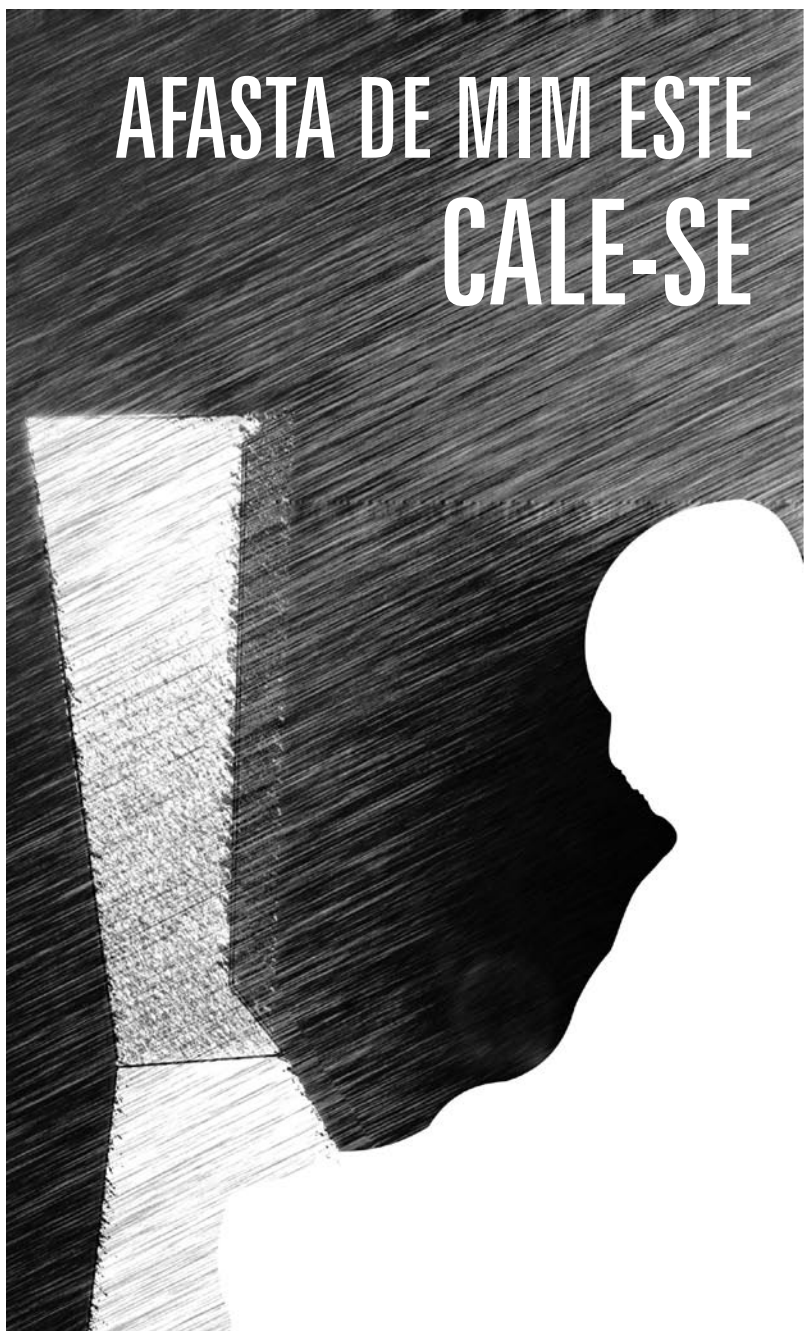


**AFASTA DE MIM ESTE
CALE-SE**



**JOÃO BATISTA DE ABREU
MARIA LUIZA MUNIZ
RENATA CUNHA**
(ORGANIZADORES)

AFASTA DE MIM ESTE CALE-SE

**Um encontro de
memórias e histórias
sobre o regime militar**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS
NITERÓI, 2006

Copyright © by João Batista de Abreu, Maria Luiza Muniz, Renata Cunha

Direitos desta edição reservados à PROAC - Pro-Reitoria de Assuntos Acadêmicos

Rua Miguel de Frias, 9 - 2º andar - Icaraí - CEP 24220-000 - Niterói - RJ - Brasil

Tel.: (21) 2629.5068 Fax: (21) 2629.5324

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da PROAC.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - (CIP)

- A162 Abreu, João Batista de; Muniz, Maria Luiza; Cunha, Renata.
Afasta de mim este cale-se: o encontro de memórias e histórias sobre o regime militar/João Batista de Abreu, Maria Luiza Muniz, Renata Cunha – Niterói:
Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense, 2006
56 p. : 21cm.
1. Memória. 2.História. 3.Título

CDD 900

Capa: Frederico Lopes

Projeto Gráfico/Diagramação e supervisão gráfica: Marcos Antonio de Jesus

Edição e revisão de texto: João Batista de Abreu

Coordenação executiva: Maria Luiza Muniz

Coordenação Geral: José Antonio Fortuna Nogueira (Subcoordenadoria de Prática Discente da CAEG/PROAC)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Cícero Mauro Fialho Rodrigues
Vice-Reitor: Antônio José dos Santos Peçanha

Pró-Reitora de Assuntos Acadêmicos: Esther Hermes Lück

Instituto de Arte e Comunicação Social: Antonio A. Serra

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:

QUANDO OS FIGURANTES VIRAM PROTAGONISTAS.....7	7
João Batista de Abreu	
VLADO, UM BOM COMPANHEIRO.....9	9
Breno Costa	
QUANDO A TESTEMUNHA VIRA VÍTIMA 13	13
Ana Carollina Leitão	
PROFESSOR REVIVE HISTÓRIAS DOS TEMPOS DA LUTA ARMADA 18	18
Palloma Menezes	
1975, O ANO DA FORMATURA QUE NÃO TERMINOU 21	21
Anna Carolina Cardoso	
NAS LENTES DO CORONEL, AS RECORDAÇÕES DE UM PASSADO DE ORDEM 26	26
Pedro Henrique Soares	
GRITOS E LEMBRANÇAS DE UMA HÓSPEDE DA RUA TUTÓIA 31	31
Renata Machado	
SÉRGIO RICARDO, DE VOLTA AO PONTO DE PARTIDA 33	33
Raquel Campos	
TORTURA NUNCA MAIS, A ROTINA DA BUSCA PELOS ... DESAPARECIDOS 36	36
Stephanie Borges	
MEMÓRIAS DE MILITANTES 39	39
Maria Luiza Muniz	
A ODISSÉIA DE ULISSES, UM METALÚRGICO 47	47
Vitor Moretto	
VASCULHANDO OS ESCANINHOS DA MEMÓRIA 49	49
Maria Luiza Muniz	
Renata Cunha	

QUANDO OS FIGURANTES VIRAM PROTAGONISTAS

O historiador Marc Bloch, membro da resistência francesa na 2ª Guerra Mundial, desenvolve um pensamento peculiar sobre o conhecimento. Preso pela Gestapo em Lyon, à espera de ser fuzilado, escreve para o filho de seis anos respondendo à pergunta sobre por que estudar História. Primeiro questiona a idéia de que um conhecimento profundo evitaria que se repetissem os erros do passado. Se assim fosse, não haveria o nazismo. Diante da argumentação de que a História serve para corrigir as injustiças sociais, Bloch diz que, se assim fosse, não estaria ele prestes a ser fuzilado.

História e jornalismo costumam caminhar de mãos dadas, bebem na mesma fonte, percorrem caminhos semelhantes, embora nem sempre cheguem ao mesmo destino. Os jornalistas, como Vladimir Herzog, costumam ser vistos como cronistas do cotidiano, e o cotidiano é feito por pessoas anônimas; brasileiros que pagam impostos, ouvem rádio, vêem TV, lêem jornais e votam – quando lhes permitem.

A idéia deste projeto, realizado com os estudantes de uma disciplina de Redação do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense, é recuperar um episódio de nossa História 30 anos depois, a partir de relatos de pessoas que viveram aquele momento. Não celebridades, autoridades ou intelectuais, mas gente comum, que às vezes desempenha o papel de protagonista, mas quase sempre consta nos créditos apenas como figurante. São atores da vida cotidiana. Professores, estudantes, músicos, funcionários públicos, jornalistas, metalúrgicos, testemunhas de episódios marcantes do regime militar. As pautas e as fontes das matérias foram propostas pelos alunos, que se encarregaram da apuração e do texto final, claro que com um discreto copy final.

A publicação recupera ainda relatos sobre as mortes dos operários Santo Dias da Silva e Manoel Fiel Filho, assassinado em janeiro de 1976, também no DOI-Codi e em circunstâncias semelhantes às de Herzog. É curioso que este e outros crimes não sejam lembrados com a mesma ênfase pelos meios de comunicação, embora

na época o episódio de Fiel Filho tenha provocado a demissão do comandante do 2º Exército, general Ednardo Melo Dávila. Questão de classe? Corporativismo? Está aí uma boa pauta para jornalistas e um bom tema de pesquisa para historiadores.

O filho de Marc Bloch talvez perguntasse para que serve este trabalho. Serve para mostrar que em tempos de arbítrio, seja qual for o matiz da ditadura, direita, esquerda, cristã ou muçulmana, os abusos não atingem apenas aqueles que se colocam claramente contra o regime e pegam em armas, mas também quem, por pensar diferente ou por qualquer ironia do destino, se vê no caminho de autoridades ambiciosas, fanáticas ou despreparadas para o exercício do poder.

A História serve também para divergir. Quem conhece os fatos do passado aprende, não necessariamente a evitar sua repetição, mas a entender por que às vezes eles se repetem.

*João Batista de Abreu**

Niterói, 26 de Janeiro de 2006

* Professor do Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF e atual chefe do Departamento de Jornalismo. Dout.r em Comunicação pela UFRJ. Bacharel em Ciências Sociais e Comunicação Social

VLADO, UM BOM COMPANHEIRO

Breno Costa

Às 18h10min do dia 25 de outubro de 1975, o capitão Ubirajara entra numa das celas localizadas no prédio do DOI-Codi de São Paulo. Morto, à sua frente, está Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura. A alguns milhares de quilômetros dali, na gélida e distante Estocolmo, capital da Suécia, um homem de 32 anos prepara-se, depois de dois anos em solo escandinavo, para ir a Portugal. Mas uma notícia o deixaria abalado. O velho amigo Vlado fora assassinado pela ditadura brasileira. Seu nome, Luiz Alberto Sanz.

Foto cedida por Luiz Alberto Sanz



Sanz no exílio

Cineasta, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro, contando 61 anos de vida, calçando chinelos no conforto de sua casa no bairro de Itaipu, em Niterói, Sanz volta no tempo por algumas horas e relembra o convívio com o companheiro.

– Conheci o Vlado através do cinema. Ele era crítico do Estado de São Paulo e eu, do Jornal do Commercio, no Rio. Tínhamos mais ou menos a mesma idade, éramos da mesma geração. O Ministério das Relações Exteriores promoveu um curso de cinema no Rio de Janeiro, que era a capital cultural do país. Isso foi em 1962. Inscreveram-se no curso Nelson Xavier, José Wilker, Herzog, Carlos Henrique Escobar, Dib Lutf, muita gente - recorda o ex-militante da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Luiz Alberto Sanz rodou muito por aí, conheceu muita gente, pegou em armas e perdeu muitos companheiros.

– Quando eu estava na cadeia, no presídio Tiradentes, em São Paulo, mantinha na minha parede uma lista de companheiros mortos. Aí um trotskista do Rio Grande do Sul, ex-sargento da Brigada Militar, olhou para mim e disse: “Você vai manter essa lista aí? Um dia não vai ter mais parede para isso” - conta, com o olhar perdido em algum ponto do céu, que se destaca, azul, a partir da varanda

no segundo andar de sua casa.

Apesar de ter conhecido Vlado por meio do cinema, Sanz ressalta o Herzog político, segundo ele, dono de uma ética extrema, convicções inabaláveis, mas dotado de cabeça aberta.

– Nossas relações não se estabeleceram por sermos ou não do partido. Ele sempre foi uma pessoa extremamente coerente e aberto politicamente. Mesmo as pessoas que tinham rompido com o PCB, ou eram liberais burgueses, e até algumas de direita, se davam bem com ele. Mas ele tinha suas convicções políticas e as punha em prática. Era uma das pessoas com maior capacidade de abrir a cabeça das pessoas. Eu li num desses jornais, nesse episódio das fotos, que o Vlado era uma pessoa filiada, mas sem atividade no PCB. Isso, naquela época, não existia. Quem tem filiado sem atividade é o PPS hoje. Você podia ser simpatizante, que é outra coisa. Ele era militante ativo - assegura Sanz, que conviveu seis meses com Vlado na época do curso de cinema no Rio e depois só o encontrou esporadicamente pelas esquinas da vida. Um desses encontros aconteceu no Chile, em 1973, onde Sanz estava exilado desde 1971, quando foi banido do Brasil, trocado no seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

– Vlado foi ao Chile em 72 ou 73, de férias, acompanhado de Clarice e de uma jovem nissei e, lá, fez questão de encontrar seus velhos amigos, não importava onde eles estivessem. Nós comemos um dos pratos típicos e raros do Chile, chamado curanto. Aí nós restabelecemos um canal de comunicação nosso. Ele me mandava a revista Visão e outras informações e eu mandava para ele notícias da gente. Depois do golpe do Chile, nós perdemos o contato de novo e a próxima notícia que eu tive dele foi sua morte, lamenta Sanz, como que pausando sua fala na tentativa de rememorar imagens perdidas no tempo. Ele poderia ter tido o mesmo destino de Herzog, já que também foi torturado no DOI-Codi paulista.

– Fui detido em maio de 70. O DOI-Codi era um hotel sem estrelas. Uma experiência que eu não renego, mas que não desejo a ninguém – conta Sanz, que passou oito meses preso entre o DOI-Codi (Operação Oban), DEOPS de São Paulo e o presídio Tiradentes.

O ex-companheiro de Carlos Lamarca na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), quando soube da morte de Vlado, entendeu o que ele tinha sentido.

– Quando estava preso, já sabia que aquilo poderia acontecer comigo. Porque é mais humano matar do que torturar. Então, quando a gente era preso, a gente sempre construía a esperança, no nosso imaginário, de morrer - em combate ou em circunstâncias mais amenas do que ser longamente torturado.

A versão oficial de suicídio de Herzog nunca foi explicada.

– O que eu acho que aconteceu foi o seguinte: eles não tiraram informações relevantes do Vlado. Eles buscavam o resto da estrutura do PC e, sobretudo, os quadros do PC na imprensa. Eles odiavam a imprensa. Quando o Vlado morreu, a linha-dura do II Exército estava sofrendo derrotas no plano nacional. O [Ernesto] Geisel entrou, mas ele não era um santinho, democrata, liberal. O que acontece é que a conjuntura fazia com que fosse necessário iniciar um processo de distensão no Brasil, que foi chamado de abertura. E o Geisel já tinha iniciado esse processo. E sua eleição, que não agradava ao Médici, foi garantida pelo ministro do Exército do Governo Médici (general Orlando Geisel), que era irmão do Geisel. E, até hoje, a linha-dura do Exército considera a imprensa uma coisa negativa e perigosa e considerava que a grande imprensa era dominada pelos subversivos, pelos comunistas.

Mas seria a TV Cultura, rede pública, uma representante da grande imprensa, uma inimiga em potencial da ditadura?

– Os militares de extrema-direita, que dominavam a máquina da ditadura, viam o Paulo Egídio, governador de São Paulo, que era liberal, como uma pessoa não confiável. E eles viam o fato de a TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, ter vários esquerdistas em seus quadros, como uma coisa perigosa. Eles queriam desmontar essa máquina. A TV Cultura sempre teve uma certa influência, pelo fato de ser a única produção cultural alternativa nos meios de comunicação. Você queria ver um noticiário com o mínimo de dignidade, você ia para o Herzog, você não ia para a TV Globo.

Várias pessoas morreram durante a ditadura. Nenhuma morte, contudo, repercutiu tanto quanto a do jornalista Vladimir Herzog. Mas Sanz esboça uma careta quando ouve a palavra mártir.

– Ele não era muito conhecido publicamente. Tornou-se muito mais conhecido depois da morte. A morte dele repercutiu mais porque a imprensa ficou indignada. E ninguém acreditava que fosse suicídio. O próprio setor conservador que domina a imprensa no

Brasil se considerou atingido. Era impossível acreditar, para quem o conhecia, que o Herzog tinha sido assassinado por sua militância comunista. Para mim, o Herzog era 'o comunista'. Ele era absolutamente ético. As pessoas que lidavam com ele sabiam que estavam lidando com uma pessoa honesta. Isso fazia com que, até o dono da revista Visão, que era um burgês milionário, o Henry Maksoud, sabia que podia confiar no Herzog.

As saudades de Herzog e de seus velhos companheiros permanecem. Quebrando o ritmo da voz embargada, dá a sentença:

– Foi o Estado burguês que matou o Herzog. Vamos parar de brincadeira. Não foram os militares.

O Vladimir Herzog, nascido sob os auspícios de Câncer em junho de 1937 e assassinado em outubro de 1975, aos 38 anos, já não existe mais. Mesmo assim, Sanz ainda consegue enxergar, nos dias de hoje, herdeiros da ética herzogiana.

– Existem muitos Herzogs por aí - acredita Sanz. Ainda bem.

QUANDO A TESTEMUNHA VIRA VÍTIMA

Ana Carolina Leitão

Pelo corredor do pátio externo da escola, o coordenador disciplinar do Colégio Pentágono, em Vila Valqueire, desfila com “cara de mau”, como diz. O trabalho de Humberto Maços Guimarães é cuidar para que todos os alunos das turmas do Ensino Fundamental e Médio estejam na sala para assistir aula. Beto, como é chamado por funcionários e estudantes, à primeira vista mostra-se um sujeito nervoso, mas isso talvez seja herança da perseguição que sofreu durante o regime militar.

Os cabelos brancos, coerentes com a aparência de um homem de 62 anos, surgiram ainda na década de 70. A gagueira foi outra marca deixada pelas repetidas sessões de tortura psicológica que sofreu por ser considerado um subversivo. Beto, que se declara apolítico, passou de vítima a suspeito diante dos olhos da ditadura.

A manhã de 29 de junho de 1973 tornou Humberto Guimarães suspeito de cumplicidade de um assassinato do qual nada sabia. Beto trabalhava no curso pré-vestibular que funcionava dentro do Colégio Veiga de Almeida, na rua São Francisco Xavier, Tijuca. Ele conta que por volta de 11h estava na secretaria do prédio quando foi rendido por um dos dois homens que invadiram a sala. Estavam à procura do professor de História sentado à máquina de escrever, datilografando as questões de uma prova. O professor da PUC Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, um dos mais respeitados mestres de História na época, foi executado com três tiros ali mesmo. O crime tornou o funcionário simultaneamente testemunha e vítima do regime militar.

– A banana ficou comigo - recorda, referindo-se aos problemas decorrentes daquela manhã.

Quando foram embora, os assassinos deixaram no muro pintado em spray a sigla ALN. (Ação Libertadora Nacional). Na época, jornais como O Globo relataram a existência de um terceiro homem, mas Beto diz que não o viu. Após o episódio, entrou em estado de choque. Naquele dia, foi para casa levado por dois professores que chegaram depois de tudo ter acontecido e, por isso,

nem foram identificados pelos policiais. Não podia imaginar que o fato presenciado lhe renderia seis meses de noites mal dormidas, visitas de agentes policiais em seu trabalho, seqüestros-relâmpago e uma constante tortura psicológica.

– Não sei como não sumiram comigo. Naquela época, pegavam as pessoas, colocavam em um navio e jogavam no mar.

Os problemas começaram tão logo voltou para casa. Após ser deixado por dois professores, um minuto depois alguém tocou a campainha.

– Até pensei que fosse algum deles - recorda. Mas percebeu que não quando viu dois homens entrarem em sua casa:

– Um grandão de blusão vermelho e cabeça raspada e outro magrinho, moreno de terno listrado. Levaram dois pequenos álbuns com fotos de integrantes da esquerda.

Queriam que Beto, que só conseguia balançar a cabeça (todo o corpo estava adormecido pelo choque), reconhecesse o professor Jacques.

– Me mostravam a foto e perguntavam: “E esse com barba? Imagine ele sem barba”.

Segundo Beto, essa visita foi da esquerda. Queriam saber quem realmente tinha sido assassinado, por isso o álbum com as fotos.

O episódio fez com que ele se escondesse na casa de uma tia. Da rua Luis Barbosa, perto do atual shopping Iguatemi, foi para Vila Isabel ajudado pelo cunhado e pelo porteiro do prédio. Beto fugia da imprensa. Sabia que sua foto não poderia figurar nos jornais. Globo, Dia e Jornal do Brasil queriam seu depoimento. Escapou da perseguição dos repórteres mas não da dos militares.

– O Exército achava que eu era cúmplice - recorda.

As visitas dos agentes eram sistemáticas. Tinham hora e lugar certos: pela manhã, na sala do diretor Mario Veiga de Almeida. Todos os dias, Beto era interrogado.

– Queriam saber o que o professor fazia lá fora. Foram cinco meses na grosseria e um mês no carinho. Tentaram me fazer confessar por bem.

Além disso, era seqüestrado e levado para os QGs da repres-

são - quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, presídio da Ilha das Cobras, na Baía de Guanabara, sob a guarda do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Gaguejando mais que o normal – “o carburador fica entupido” – o coordenador disciplinar conta que da primeira vez que o levaram foi para reconhecer o assassino do professor de História. Os agentes o conduziram ao quartel da PE e lhe mostraram um homem magro e barbado.

– Ele não tinha condições de sair para matar ninguém - lembra Humberto. Foi deixado numa rua atrás do Veiga de Almeida. Tudo isso fazia parte da tortura psicológica aplicada pelo regime militar.

Um dos piores momentos para Humberto Guimarães foi ser encapuzado no pátio do colégio no qual trabalhava.

– Pensei que fosse morrer.

A descarga de tensão foi tamanha que urinou na própria roupa. Dessa vez foi levado, também pela manhã, para a Ilha das Cobras. Não sabe dizer exatamente quanto tempo passou lá em mais uma sessão de interrogatórios. Segundo ele, após quase a manhã inteira foi abandonado em um lugar desconhecido e teve que pegar um táxi para chegar em casa. Essas incursões apenas aumentavam o grau de tensão do homem de 31 anos preocupado com sua família (a mulher Edir e o filho de seis meses).

Outra incursão pelas dependências militares aconteceu quando foi levado ao DOPS, na rua da Relação, no Centro. Sempre ouvia as mesmas perguntas, com a intenção de obrigá-lo, pelo cansaço, a confessar um crime do qual também fora vítima. Na Delegacia, a própria estrutura do prédio já lhe causava medo. Acompanhado por dois homens, subiu em um elevador. Nos corredores, ouvia o barulho das portas que fechavam atrás de si. Depois de inquirição semelhante às anteriores, foi deixado na Praça Tiradentes, onde pegou um ônibus e, mais uma vez, voltou para casa após mais um sumiço repentino.

Observando-se os muitos casos de desaparecimento durante a ditadura militar, é quase um milagre que Humberto esteja vivo

hoje. Por menos, um amigo do coordenador disciplinar, Ivan, desapareceu. Parecendo surpreso com a própria sorte, ele conta que o amigo trabalhava como ascensorista no número 31 da Rua México. Passava pela Cinelândia, palco dos embates entre estudantes e militares, quando se viu em meio a uma manifestação. Segundo Beto, no dia, Ivan vestia coincidentemente uma camisa vermelha, o que era uma espécie de identificação dos comunistas. Apesar disso, seu amigo não pertencia a nenhuma facção política. Assustado com todo o tumulto, tentava fugir quando foi confundido com militantes de esquerda. A partir desse dia, Beto nunca mais teve notícias do amigo.

Por mais que se declare apolítico, Humberto sempre trabalhou em um meio efervescente durante aquele período político: os cursinhos de pré-vestibular. Outro episódio que data de 1969, no curso Hélio Alonso, no Centro, envolveu um professor de Biologia que Beto julgava ser seu amigo. Ele conta que o professor, coronel da Marinha, fazia questão de estar sempre próximo dele.

– Os alunos achavam que algum de nós dois era gay.

O professor pagava seu lanche durante o recreio e sempre descia para o pátio abraçado com o inspetor.

– Quando é amigo, você não percebe nada porque é amigo. Confia na pessoa.

Assim, nem o fato de o coronel da Marinha pintar a barba e o bigode de caju e entrar armado em sala chamava-lhe a atenção.

– Achei que a arma não era nada demais para um coronel -justifica.

Beto diz que depois que o regime terminou, descobriu, pelo jornal, que o tão cordial professor de Biologia era um dos maiores torturadores do Brasil. Era ele o médico que determinava quanto de tortura o prisioneiro ainda suportaria. Seu interesse era ter Beto como um escudo. Um amigo leal que o defenderia em caso de perigo.

Todo esse contato intenso com a realidade de Regime Militar instituído no Brasil a partir de 64, fez com que Beto passasse dez anos sem querer falar, ler ou ouvir sobre política. Diz que em 1975, quando o jornalista Vladimir Herzog morreu nas dependências do DOI-Codi em São Paulo, nem acompanhou a notícia tamanha era a rejeição a tudo que pudesse lembrá-lo dos dias de perseguição.

Hoje, lida melhor com o que sofreu. Exemplo disso é a aula especial que dá aos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental no Colégio Pentágono. Em 45 minutos, o coordenador de disciplina transmite aos adolescentes sua experiência.

– Quando toco nesse assunto fico mais leve, mais calmo - diz, em uma das salas do colégio em que trabalha, onde concedeu a entrevista. Humberto Maços Guimarães entrou com processo por meio da Grupo Tortura Nunca Mais.

Humberto entrou com processo contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas acredita que terá êxito em relação ao Governo Federal. Segundo ele, algumas pessoas já ganharam em Brasília. Os prejudicados pleiteiam pensão vitalícia ou uma indenização. O reparo moral é fundamental na medida em que Humberto Guimarães acredita que toda a tensão sofrida no passado desencadeou o aparecimento de um câncer de bexiga descoberto em 1992, durante uma visita de rotina ao médico. Passou por tratamento de quimioterapia e, atualmente, faz exames de seis em seis meses.

Beto quer uma compensação do Estado pelos danos morais sofridos. É o número nove nos processos encaminhados ao Governo Federal. Acompanha a tramitação pela Internet. Sua ação foi aceita depois do envio, a Brasília, de uma carta com exames médicos, depoimento de um amigo de infância, Deusmar João de Carvalhaes Pinheiro, que o acompanhou nas visitas ao médico José Viana. O filho caçula, de 25 anos, advogado, teve acesso à pequena sala que serve de depósito dos documentos do DOPS, no Arquivo Público, na Praia de Botafogo. Lá encontrou o registro nº 516 que tratava do caso de homicídio qualificado como “Justiçamento praticado por subversivos”. O próprio documento revela o descaso com a apuração e desorganização da estrutura militar. O registro data de dois dias depois do que aconteceu. Aparecem informações que não foram dadas por Beto. Até uma segunda testemunha foi incluída no processo.

PROFESSOR REVIVE HISTÓRIAS DOS TEMPOS DA LUTA ARMADA

Palloma Menezes

Com passos lentos, uma pasta em uma das mãos e um cigarro na outra, entra na sala de aula um homem de cabelos e barbas brancas. Seu nome, Noeli Correia de Melo Sobrinho. Professor há 30 de seus 58 anos, ele se prepara para dar mais uma de suas aulas de Ciência Política, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Noeli ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) logo após o golpe de 64 e ainda hoje parece não se sentir muito à vontade para falar sobre o período da ditadura. Em relato conciso e sem muitos detalhes, em meio a segui-das tragadas de cigarro, o professor universitário conta que assim que entrou para a UEG começou a partici-par do movimento estudantil e, em pouco tempo, já estava indiretamente ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

A proposta geral do PCBR consistia na formação de um novo partido marxista que reformulasse a linha tradicional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a respeito da necessidade da aliança com a burguesia nacional. No entanto, o partido que Noeli apoiava não pretendia abraçar a bandeira de uma revolução socialista imediata, como faziam, por exemplo, os dissidentes fundadores do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

– A estratégia do PCBR não divergia muito do plano estratégico da Ação Libertadora Nacional (ALN). Baseava-se na escolha da área rural como palco mais importante da luta rumo a um governo popular revolucionário.

Na época, a atenção de Noeli não estava tão voltada para a zona rural. O envolvimento maior do estudante de Direito concentrava-se com a luta armada urbana. A preocupação com as questões sociais, em 68, levou-o a prestar vestibular novamente e começar a cursar História no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No início de 1969, junto com outros integrantes do PCBR, participou de operações armadas

urbanas, voltadas para a propaganda.

O envolvimento com o PCBR levou Noeli a ser preso pela primeira vez em 1969. O jovem ficou três meses no DOPS. Devido à prisão, Noeli acabou sendo expulso da UFRJ. Contudo, mesmo com medo de ser preso outra vez e de voltar a ser torturada por policiais, Noeli não abandonou o PCBR.

– Apesar de todas as ameaças, eu não podia deixar de lado o compromisso que eu tinha com a revolução - lembra ele, ajeitando os óculos de lentes espessas.

Em janeiro de 1970, a repressão atingiu fortemente o PCBR com a prisão de Salatiel Teixeira Rolim, um dos integrantes do partido. Mais uma vez Noeli foi encarcerado. Nessa ocasião, foi levado de sua casa direto para o DOI-Codi, onde passou uma semana tendo que responder a interrogatórios sob torturas e maus tratos.

Em 1971, Noeli pôde voltar a cursar História graças à ajuda de um padre que aceitou sua transferência para a PUC e lhe ofereceu uma bolsa de estudos. No mesmo ano, logo após se formar em Direito, o jovem foi preso novamente, ficando detido por quatro meses no Regimento de Cavalaria. Apesar de deixar claro que nesse incidente mais uma vez sofreu tortura, Noeli prefere omitir os detalhes.

Fumando um cigarro atrás do outro e gesticulando sem parar, o professor lembra do risco que corria durante todo período da ditadura. “Sempre estava sujeito a ser preso” e poderia, dessa forma, acabar morrendo na prisão, como aconteceu com o jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e com o operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Apesar de não ter lembranças muito claras sobre os dois casos, Noeli comenta o episódio:

– A morte dos dois foi muito estranha, porque em 75 o presidente Geisel já propunha o início de uma abertura política. Tanto foram estranhos esses casos que, diferente do que acontecia antes, a repercussão deles acabou gerando a deposição de um comandante - explica Noeli, referindo-se ao afastamento do general Ednardo d’Ávila Melo, substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro no comando do 2º Exército, em janeiro de 1976.

A polêmica sobre a abertura dos arquivos da ditadura não parece despertar grande interesse ao professor universitário.

– As Forças Armadas fazem e continuarão fazendo sempre pressão para que as atrocidades cometidas durante o período da ditadura não apareçam.

Passados 40 anos do golpe militar, Noeli não parece mais aquele homem tão idealista quanto era na época da ditadura. Não acredita mais na possibilidade de uma revolução comunista.

– Pelo menos não no Brasil. Quem sabe em outros povos mais ativos? - diz ele, com uma expressão desanimada no rosto. O futuro do Brasil é visto com ceticismo e ironia.

– O Brasil será sempre o país do futuro. Futuro que nunca chega. Parece que nosso país permanecerá deitado eternamente em berço esplêndido ao som do mar e à luz do céu profundo.

Assim, com um olhar distante, Noeli encerra o relato sobre algumas de suas lembranças do passado. Por alguns momentos parece viajar em seus pensamentos, mas logo volta a focar a turma que o espera para o início de mais uma aula.

1975, O ANO DA FORMATURA QUE NÃO TERMINOU

Anna Carolina Cardoso

O ano era 1975. Em Niterói, uma turma de jornalismo do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da UFF estava às voltas com os preparativos de sua formatura, prevista para dezembro. Na capa do convite, numa página de classificados, os jovens jornalistas se ofereciam ao mercado de trabalho. Para patrono, fora escolhido Alceu Amoroso Lima, que sob o pseudônimo Tristão de Athayde assinava uma coluna na página de Opinião do Jornal do Brasil, em que denunciava atos de desrespeito aos direitos humanos. Para paraninfo, o professor Carlos Henrique Escobar, ameaçado de demissão porque não conseguia obter o atestado ideológico, documento expedido pelo DOPS e exigido pela Universidade para contratação de docentes. Ainda no convite, uma homenagem póstuma ao jornalista morto no DOI-Codi.

A turma completava o curso em um período em que ser jornalista não era exatamente uma coisa fácil.

– Mas nada era fácil naquela época. Ser brasileiro era difícil. Fazer jornalismo nesta época era só mais um desafio - comenta Dante Gastaldoni, na época formando e escolhido orador da turma. Hoje Dante é professor de Fotojornalismo da UFF, da UFRJ e da Universidade Gama Filho.

Quando o convite começou a ser distribuído surgiram os problemas.

– Ocorreram reveses de toda ordem. Vários lugares que já tinham concordado em sediar a cerimônia, como o SESC e o Colégio Salesiano, mudaram de idéia. A formatura começou a ser embarreirada. Em parte, pelo peso do Amoroso Lima e, em parte, porque, na visão de certas autoridades, um grupo de fedelhos recém-formados queria homenagear um cara que a ditadura havia matado - conta Dante, em um jardim de inverno da ECO, a Escola de Comunicação da UFRJ.

Depois de algumas recusas, os alunos finalmente conseguiram que a Associação Fluminense de Jornalistas cedesse o

auditório, na rua Maestro Felício Toledo, no centro de Niterói. Mas no dia 17 de dezembro, os estudantes tiveram uma surpresa desagradável.

– Eu me lembro muito bem, inclusive porque tinha um discurso para ler. Nós chegamos à Associação e grossas correntes e cadeados fechavam as portas. Os parentes parados na calçada, policiais à paisana. Ninguém deu uma explicação de por que a formatura não aconteceu - recorda.

As portas trancadas daquele dia não foram, no entanto, o primeiro contato do professor com o arbítrio do governo militar. Em 1971, quando ainda estudava Engenharia na PUC, chegou a ser detido pelo Polícia Militar. Estava perto do Diretório Acadêmico, onde havia uma reunião de que sequer participaria, quando dois carros da PM entraram pela contramão e encostaram vários estudantes na parede.

– Isso é uma descrição da época. Um dos policiais apontou para mim, disse que eu estava em uma manifestação que eu nem sabia onde era. Me empurraram para o camburão com uma metralhadora nas costas porque eu era cabeludo. O nível de arbitrariedade era uma coisa que a gente foi sentindo na pele - lembra o professor, que se livrou de uma encrenca maior dizendo que era filho de militar.

Era verdade. O próprio Dante havia estudado sete anos no Colégio Militar. Seu pai, brigadeiro e aviador do Correio Aéreo Nacional (CAN), tinha-se reformado em 1964, justamente por não concordar com os rumos que o Exército estava tomando. A noção do que se passava no período não era, no entanto, tão clara quanto parece 30 anos depois.

– A consciência mesmo da situação, da densidade da situação, foi adquirida dentro da universidade, com os professores sendo cassados, por exemplo - lembra. Depois de sair da PUC, ao descobrir que ciências exatas não era sua área, Dante prestou novo vestibular e foi para o IACS, em Niterói.

A UFF, como as outras universidades, não escapava da repressão. Vários professores foram afastados e, para que assumissem determinados cargos, era necessário apresentar um atestado de idoneidade moral assinado por um militar. Apesar das adversidades,

o professor fala de uma geração que trabalhava com entusiasmo. Além da ditadura, eles tinham que lidar com a falta de recursos.

– Para você ter uma idéia, eu me apaixonei por fotografia na UFF, e nós tínhamos uma única câmera fotográfica, que foi roubada - recorda. No curso de Cinema, a câmera era emprestada pelo professor Roberto Duarte.

Nas redações, o clima repressor também estava presente. O orador da turma de Jornalismo da UFF de 75 passou acompanhado este clima de perto. Estagiou na Rádio Jornal do Brasil, e depois trabalhou sete anos no Departamento Educacional do JB.

– Os jornais tiravam matérias inteiras, cresciam fotos, alguns botavam tarjas pretas nas matérias, publicavam receitas culinárias. Às vezes, aconteciam coisas curiosas. Você atendia ao telefone na redação e alguém falava: “Aqui é o Douglas da censura federal. É proibido associar a queda do avião da FAB à sabotagem”. E você nem sabia que o avião da FAB tinha caído. E não podia escrever mesmo - recorda Dante.

Apesar do período conturbado, Dante Gastaldoni diz que percebia uma vontade transformadora no ar.

– Uma certa ingenuidade utópica que tinha uma força considerável. Era mais forte aquele romantismo revolucionário do que a coerção opressiva que nos envolvia. Como se a gente tivesse um certo escudo - lembra.

Não havia, entretanto, escudo que os tornassem imunes aos abusos e a notícia da morte de Herzog deixou os formandos chocados.

– Foi um escândalo. É óbvio que a versão oficial não era verdadeira. E nos atingiu bastante por sermos jornalistas. Olha onde estávamos nos metendo!

Para os estudantes da UFF, Vladimir merecia sua homenagem porque sabiam que “ele era vítima de uma lógica perversa contra a qual a insurgiram”. No discurso, Dante Gastaldoni usaria uma metáfora falando da importância de se plantar muitas árvores quando algumas eram derrubadas:

– A tônica do meu discurso, que se perdeu no tempo, era dizer que nós ali éramos pequenos arbustos, parte de um reflorestamento de que o Brasil precisava para substituir essas árvores que foram sendo decepadas pelos motivos mais torpes, mais escusos. Mas

que nossa missão era reflorestar idéias, ideais e vontades o país. Mas o discurso era muito ingênuo - reconhece, confessando que, tempos depois, quando o releu, se emocionou. Ainda mais tarde, quando quis reler mais uma vez Dante já não pôde porque o havia perdido junto com outros documentos num temporal que inundou sua casa em Niterói.

O discurso perdido jamais foi lido em público. A cerimônia de formatura jamais aconteceria. Mas o professor que não teve direito à colação de grau diz não ser esta uma grande frustração.

– Não chega a ser um trauma. Quando vou à formatura dos meus alunos, me formo um pouco porque não tive a minha. No lugar da frustração, ficou a sensação de dever cumprido. Hoje, até acho mais importante a formatura não ter havido. Eu não estaria contando essa história.

De fato, da época da ditadura, as histórias mais marcantes parecem ser as de coisas que não aconteceram.

– Parodiando Zuenir Ventura, 1975 foi, para nós, o ano que não terminou - compara Dante.

Apesar de sua “não formatura” não ser, hoje, tão frustrante, a reação que teve ao se deparar com as portas do local da cerimônia fechadas não foi a de alguém conformado.

– Eu fiquei putto. Você pode botar que a expressão é essa mesmo. Fiquei completamente putto. Transtornado. Queria bater no que estivesse na minha frente. Depois, quando cheguei em casa, meu pai e eu tivemos uma discussão muito bonita e acabamos chorando juntos pela total impotência diante da situação, relembra. No dia seguinte, os grandes jornais, como O Globo e Jornal do Brasil dedicaram duas páginas à transcrição do resultado do inquérito do 2º Exército sobre as circunstâncias da morte de Vladimir Herzog. Conclusão do inquérito: o jornalista tinha-se enforcado na cela.

Alguns dias depois, a turma de 1975 teve uma recompensa: Alceu Amoroso Lima publicou no JB o discurso que fizera, explicando que a formatura havia sido impedida.

– Pela segunda vez a nossa “não formatura” me fez chorar. Foram dois momentos em que me emocionei muito. Um, pela sensação de impotência e a outra quando li o discurso do Alceu. Teve

pelo menos um lado bom nessa formatura. Eu pensei: Puxa! Ainda bem que não tive que ler o meu junto com o dele - recorda e ri.

O episódio pode não ter sido tão traumático, mas a lembrança que o professor descreve não deixa de ser dramática. Lembra, em especial, de uma colega, Roseana de Seixas Brito, cujos pais tinham vindo de Belém para a formatura.

– A cena era de um filme de Fellini. Meninas de vestido longo, rapazes de terno, parentes. Alguns chorando, outros nervosos, outros achando que era perigoso ficar ali e a Roseana, de vestido

Foto Pedro Capeto



"Reflorescer idéias"

azul, na calçada, com os pais. Como explicar aquele Brasil para pais que haviam atravessado o país para ver a filha se formar e esbarraram em um cadeado? Eu era um orador com o discurso debaixo do braço, Alceu Amoroso Lima era um patrono que não pôde ler seu discurso e Vladimir Herzog era um jornalista morto.

NAS LENTES DO CORONEL, AS RECORDAÇÕES DE UM PASSADO DE ORDEM

Pedro Henrique Soares

Atrás das lentes que corrigem a hipermetropia, um olhar ríspido e severo, de quem dedicou ao Exército boa parte da vida. Mantém estampada a disciplina no semblante, e só alarga a face com um sorriso quando algum conhecido passa e o cumprimenta. Sobre a mesa, uma garrafa de cerveja, um copo nunca vazio e uns cubos de queijo, que petisca num pequeno prato. Desde que se tornou coronel da reserva em 1995, Jefferson Jesus Cavalcanti Daniel Mendes, 60 anos, passa boa parte do tempo com o círculo fechado de amigos na confeitaria Julcina, esquina da rua Luís Beltrão com a Poços de Caldas, no bairro de Vila Valqueire, seguindo o estilo boêmio e suburbano do carioca. Nesta entrevista, esperava sozinho, calmamente, como se rememorasse os tempos de oficial.



Expõe-se além do que se imaginava. O caráter disciplinar chega a ditar as frases, da mesma maneira como a censura durante o regime costumava fazer com a imprensa:

– Pode colocar aí a seqüência das patentes em ordem crescente: tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel...- diz, preocupado em não esquecer todo o périplo que percorreu até chegar a coronel. Jefferson, a princípio, nega a influência paterna para a carreira militar – “sempre fui de gostar de disciplina, ordem” – mas depois confessa que houve influência. O pai também era oficial e o filho segue a carreira, como 1º tenente de artilharia do Exército. Como todo pai orgulhoso, não perde a oportunidade para citar o casamento do filho no sábado seguinte, além de sua habilidade no conhecimento de armas:

– Meu filho está sabendo de um armamento militar russo

anti-aéreo que está vindo para o Brasil. É muito custoso, tem validade de cinco anos - diz, orgulhoso pelo conhecimento do filho.

A carreira militar começou em 1967, quando Jefferson foi aprovado para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no sul fluminense. Foi enviado para São Paulo no início da década de 70 para a cidade de Bauru. Serviu na tropa de artilharia do Exército e diz que teve pouco envolvimento com o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI – Codi) por ser de uma patente inferior:

– O ideal era ser tenente, capitão.

Por estar em São Paulo, talvez tenha visto o capitão Ramiro, comandante do DOI-Codi no dia 25 de outubro de 1975, no prédio da rua Tomás Carvalhal, no bairro do Paraíso, em São Paulo, onde morreu Herzog. Porém Jefferson diz que não o conhecia. Afirma que teve contatos com presos civis: médicos, advogados, professores, mas nega envolvimento com torturas.

– Graças a Deus não tive envolvimento. Eles tinham um esquema muito bem montado, era impossível ter acesso às informações.

A responsabilidade pela insurgência é atribuída a quem foi contra o regime. Daí o apoio irrestrito ao golpe militar de 64, “movimento que iria assegurar a ordem do país”, segundo seu ponto de vista. As justificativas são em seguida apresentadas por Jefferson, que conta com desenvoltura sua versão da história. Apesar de desconhecer as “forças ocultas” que afastaram Jânio Quadros da presidência e não se conformar com as milhares de pessoas presentes no discurso das Reformas de Base de João Goulart, em março de 1964, o oficial reformado afirma que a população vivia sob o caos e sob a constante ameaça comunista, vista por ele como a “demonização de uma sociedade”. Ele compara o período jacobino da Revolução Francesa, comandado por Robespierre:

– O povo estava junto com os militares! Em Belo Horizonte, a tradicional família mineira caminhou na passeata ‘Com Deus para a Democracia’ por isso. Eles queriam que os militares restituissem a ordem pública.

Quando são mencionadas as ações do regime militar – ele discorda que seja uma ditadura:

– Ditadura é o que Fidel Castro faz em Cuba – o coronel Jefferson entra em contradição. Para ele, a insegurança e o descaso de hoje são muito piores que antes e relembra do crescimento econômico nos tempos de “milagre”, do aumento do poder de consumo da população, da construção da Ponte Rio-Niterói, da campanha do ‘Ame-o ou deixe-o’ (cópia da campanha norte-americana Live it or leave it), da ordem imposta nas ruas. Os insurgentes estavam presos. Eram insurgentes os artistas, músicos, poetas, estudantes, ou seja, pessoas de “profissões anormais”, desocupados e comunistas. A mordaza nos profissionais de imprensa também é justificada. Eram pessoas que queriam aparecer, ter seus “quinze minutos de fama”. Para o coronel reformado, o fim da censura só piorou os meios de comunicação.

– Veja o tanto de baixaria que se passa gratuitamente na tv de hoje! Tem que dar liberdade, mas tem que dar freio.

Anti-comunista ferrenho, ele propõe que se estabeleçam hoje no Brasil apenas dois partidos: o do governo e o da oposição, da mesma forma que ARENA e MDB:

– Também nos Estados Unidos existem dois partidos e eles são o país mais desenvolvido do mundo - na realidade, os Estados Unidos têm diversos partidos, mas apenas dois, Conservador e Liberal, se alternam no poder.

Quando o repórter argumenta que o partido da oposição foi constituído pelo próprio governo militar, o ex-oficial se demora um pouco nas explicações:

– É, tem razão que a esquerda é bem diversificada.. Muitos partidos também viviam na clandestinidade, né?

Exatamente. Muitos partidos como o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, do qual fazia parte Vladimir Herzog, “insurgente comunista”.

Erros são comuns a todos. Jefferson os reconhece. Acha que o maior deles foi permanecer 20 anos no poder.

– Deveria ter tempo suficiente para tirar essa cambada toda e aí sim provocar eleições diretas.

Essa “cambada” é como ele chama os “insurgentes” a que se

referia. Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional número 5, assinado pelo presidente Costa e Silva, anularia o sonho do coronel.

No poder teriam ficado alguns “insurgentes”, entre eles o capitão Carlos Lamarca, colega de farda de Jefferson.

– Ele roubava bancos, as armas do BIB (Batalhão de Infantaria Blindada). Foi também um insurgente e merecia ser pego.

Mas o coronel considera exceção na lista de insurgentes, Vladimir Herzog, jornalista, amante de artes em geral, principalmente teatro, editor-chefe da TV Cultura de São Paulo. Ele reconhece que se tratou de um assassinato, diferentemente da versão oficial, que apresentou um laudo de suicídio assinado pelo médico legista Harry Shibata. Tempos depois, Shinata teve seu registro de médico cassado pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Ao analisar as ações do regime militar, Jefferson descreve bem como era a situação das ruas:

– Você não podia estar sentado que nem estamos agora, numa mesa de bar, bebendo um chope. Se parasse algum carro de chapa fria, suspeito da esquina, era certo que alguém iria ser capturado.

O coronel entra em consonância com as injustiças cometidas com os presos políticos, que ficavam sob tortura. A lista de exceções de insurgências, nesse momento, cresce:

– Houve muitas injustiças sim, não há dúvida - ele mesmo conta que teve um amigo torturado, vítima da chamada “cadeira do dragão”. O instrumento de tortura consistia numa cadeira metálica, onde o preso, nu, era obrigado a se sentar. Prendiam-lhe um fio de cobre na ponta do pênis e outro na orelha. Depois de molhar a cadeira metálica, acionava-se o voltímetro. Este instrumento de tortura, segundo depoimentos de Sérgio Gomes, jornalista preso no prédio da rua Tomás Carvalhal, em outubro de 1975, e também torturado, possivelmente foi o utilizado na tortura de Vlado.

No ano passado fotos divulgadas como sendo de Herzog reabriram as discussões sobre os anos sombrios. Para Jefferson, não passou de revanchismo e aproveitamento financeiro:

– Interessa a quem descascar a ferida? - questiona. A falsidade

das fotografias foi comprovada: elas não eram de Herzog. Serviram de lembrança ao sentimento geral de que um dia houve "insurgentes" que lutaram contra um regime ditatorial, e que a mordida foi banida. Jefferson resume numa frase estes anos de sofrimento e dor, inesquecíveis em páginas negras da história nacional: "Há uma frase muito importante, que sempre utilizo: 'Querem conhecer o homem, dê poder a ele.'" Talvez o coronel não saiba o autor da frase, o teatrólogo Bertolt Brecht, era um dos ícones da esquerda alemã nos anos 30.

GRITOS E LEMBRANÇAS DE UMA HÓSPEDE DA RUA TUTÓIA

Renata Machado

Foto cedida por Marinilda



Marinilda: um inferno de 28 dias

Jornalista há 36 anos, Marinilda Siqueira Carvalho, 58 anos, pode ser considerada uma das sobreviventes da época de chumbo. Ex-militante do PCB, foi seqüestrada na madrugada do dia 9 de setembro de 1975, em Brasília, jogada na traseira de um camburão e, 21 horas depois, desembarcada no DOI-Codi da rua Tutóia, em São Paulo.

– Fui obrigada a tirar a roupa toda e, apesar do medo, contei cuidadosamente: 31 brucutus estiveram na salinha em que fui exposta, a maioria assoviando ou dizendo sujeira – lembra a jornalista, com passagens por veículos importantes da imprensa brasileira, como Jornal do Brasil, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Última Hora e revista Isto É. Hoje trabalha como editora-assistente do Observatório da Imprensa.

Uma amiga, após haver sido barbaramente torturada, falou sobre Marinilda – na época trabalhando na revista Veja – como vinculada ao partido clandestino. Durante 28 dias ela viveu naquele inferno, onde a maior tortura era ouvir os gritos dos torturados.

Marinilda se diz preocupada com as tentativas de acobertar crimes ocorridos durante o regime militar.

– Se as fotos (inicialmente atribuídas a Vladimir e depois identificadas como sendo de um padre) não são do Vlado, significa o quê? Que os militares não despiam as pessoas, não humilham, torturavam, matavam? A lei da anistia existe e a respeito, mas anistia significa que o poder público perdoou os torturadores. Os torturados não perdoaram – contesta. Para ela, os torturados aguardam a exposição de todos os documentos da ditadura num museu da democracia (como os alemães fizeram com os nazistas).

O abalo diante das imagens de Vladimir Herzog, fotografado

naquele longínquo outubro de 1975 por seus próprios torturadores nos porões do DOI-Codi da rua Tutóia, em São Paulo, cede lugar a convicções cristalinas:

– Vlado aparece vivo numa repartição do 2º Exército; estava bem fisicamente, apesar de ultrajado; protegia seu rosto do fotógrafo, uma reação psicologicamente saudável; era clara e categoricamente um civil desarmado. Um civil rendido, bem distante de conflitos armados. Ele não estava inerte. E, um preso nu não acha um cinto para se enforcar. O fato implacável que depreende destas fotos é que Vladimir Herzog, que se apresentou voluntariamente a Tutóia, foi executado.

Para Marinilda, essas certezas representam o êxito jornalístico maior da série publicada em outubro do ano passado pelo Correio Braziliense, que merece uma chuva de elogios.

A matéria, fruto da pesquisa do repórter Rudolfo Lago, desmascara a versão dos representantes do regime militar e de seus remanescentes nas Forças Armadas.

– O País deve ao bom jornalismo a queda de uma das farsas mais maquiadas da história do Brasil, que ainda hoje convence ingênuos e permite ao Ministério da Defesa negar, quase 30 anos depois, os assassinatos por tortura em dependências militares.

Segundo a editora do Observatório da Imprensa, programa da TVE, nada escapava dos registros dos militares.

– O repórter que escreveu a matéria do caso Vladimir Herzog com base nos documentos encontrados – lembra Marinilda, contou que estão entre os informes até prosaicas atividades de um filiado do MDB no Mobral de Mogi das Cruzes, em São Paulo, citado como “o comunista fulano de tal...” Sob a surrealista rubrica “Psico-social”, constam os presos de cada mês do DOI-Codi de São Paulo.

– Numa tabela com os ‘acumulados’ das mortes de outubro, que originalmente eram 47, soma-se mais um – o Herzog.

SÉRGIO RICARDO, DE VOLTA AO PONTO DE PARTIDA

Raquel Campos

A divulgação da morte do jornalista Vladimir Herzog na mídia, sob a versão oficial de suicídio, fomentou a retomada da cultura de contestação. A evidência de que era falso o pronunciamento da União levou segmentos da sociedade a eclodir num grito geral, até então sem precedentes no regime militar. No teatro, o caso vestiu a forma de fábula medieval, o que permitiu contornar a censura e ganhar os palcos brasileiros com a emocionante peça Ponto de Partida, de Gianfrancesco Guarnieri.

Herzog tornou-se símbolo dos direitos humanos e, posteriormente, da redemocratização.

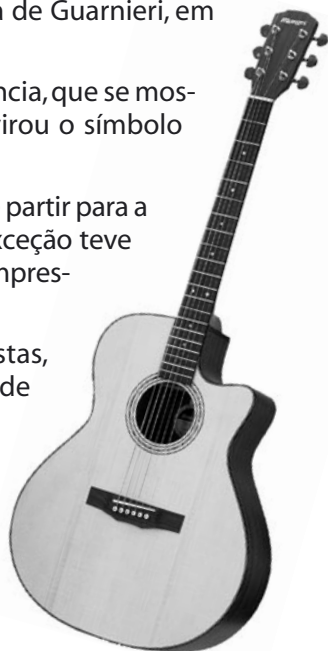
– O estarecimento era total. Até mesmo Geisel resolveu acelerar o processo de abertura - observa o cantor e compositor Sérgio Ricardo, 72 anos, um dos expoentes das canções de protesto e autor da trilha sonora da peça de Guarnieri, em que também atuou.

– Do nosso lado, por causa da violência, que se mostrou excessiva e desnecessária, Herzog virou o símbolo do Basta.

A resistência poderia tudo, inclusive partir para a ignorância, mas o clímax do regime de exceção teve na cultura um desdobramento estético impressionante.

– Para dobrar a Censura, nós, artistas, tínhamos desenvolvido uma linguagem de resistência, eficiente mas que já chegava ao desgaste. Com a morte de Herzog ganhamos novo fôlego, um impulso ainda mais forte - afirma Sérgio Ricardo.

Desde o princípio, Gianfrancesco Guarnieri, membro do Partido Comu-



nista Brasileiro, manifestou-se contra a versão da União. Foi com Sérgio Ricardo, pioneiro nos circuitos universitários, que surgiu o projeto de Ponto de Partida.

– Íamos fazê-la em dueto, mas de nossos encontros só pintava comédia.

A mulher de Guarnieri (Vânia) insistiu na importância e na beleza do projeto e os dois artistas logo dividiram papéis. O ator, diretor e dramaturgo, enviaria o primeiro tratamento a Sérgio, que faria a réplica. O que não foi necessário.

– A peça estava pronta! Linda! Responsabilizei-me, então, pela trilha sonora, mas Guarnieri foi mais longe. Exigiu que fizesse o Ferreira, personagem do pai de Vladimir.

Sérgio Ricardo, admirador dos artigos do jornalista, não conheceu Vladimir. Ao rememorar os tempos de repressão, a sensação de desconforto é recorrente. Emociona-se ao lembrar do sucesso da estréia. A peça ficou muitos meses em cartaz e percorreu grande parte do País, desafiando todo dia o elenco a não chorar.

– Estávamos todos revoltados com o Brasil, e fazíamos de tudo para vivê-lo sem capitular, como aconteceu ao querido Vlado. A peça, por ser baseada em um fato contundente, levava todos nós à comoção. Já na primeira cena, eu entrava e via o meu filho morto numa praça. Essa cena era tão desgastante que lá pelo quinto mês não pude mais e pedi licença para sair da peça.

Sobre a polêmica das supostas fotos de Vladimir, divulgadas em 2004 pelo Correio Braziliense, que geraram uma crise entre o governo e as Forças Armadas, Sérgio é taxativo:

– Temos que saber de todos os detalhes, tortura por tortura. Não por masoquismo, mas porque de toda ação dramática retiramos ensinamentos. O Brasil não avançará se não souber sobre Herzog, sobre a repressão. Devemos ter a grandeza de chorar sua morte, afinal faz parte da compreensão de nossa história. Temos de olhar nosso passado, ler a Carta de Pero Vaz de Caminha, saber quem foi Pedro Álvares Cabral, o que aconteceu a Herzog, a Lamarca, a Marighella e a outras tantas vítimas da tortura. É a nossa origem!

Em 2004, Ponto de Partida foi reencenada em março, no Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo. Essa revisão, segundo Sérgio, representou ao mesmo tempo homenagem e iniciativa

política fundamentais para que as novas gerações possam se entender e se renovar.

– São os elos culturais e políticos que se romperam com a ditadura, que impedem o entendimento das manifestações passadas e o surgimento de movimentos futuros. Hoje lê-se a História pulando capítulos. Falar de política virou tabu e o que se copiou foi a atomização da nossa geração e produção cultural, resultado de décadas de repressão. A nossa inteligência foi castrada pela censura e cada um se virou como pode para salvar, primeiro, a vida, segundo, o próprio destino.

Para o autor de sucessos dos anos 60 como Zelão, os resultados deste comportamento se refletem em centros acadêmicos parados, sem a retomada dos centros populares de cultura, a identidade nacional em dilema, a política panfletária e esvaziada, a cultura enlatada e a incompreensão dos processos históricos.

– Pulando-se da Bossa-Nova ao Tropicalismo, não será possível compreender a música de protesto - frisa Sérgio. Para ele, a resistência em abrir os arquivos confidenciais dos órgãos de segurança das Forças Armadas também compromete o entendimento de Ponto de Partida, uma fábula verídica como a de tantas outras tragédias. Vladimir Herzog: símbolo duas vezes, da abertura democrática e agora, quem sabe, da memória justa.

TORTURA NUNCA MAIS, A ROTINA DA BUSCA PELOS DESAPARECIDOS

Stephanie Borges

Diante da entrada da sala de reuniões, um grande mural chama a atenção porque exibe fotografias em preto e branco dos desaparecidos desde 1964. É a sede do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, bem em frente ao cemitério São João Batista, em Botafogo. Ali, tão próximo do campo santo, encontram-se pessoas que reivindicam o direito de saber o que aconteceu com seus filhos, pais e familiares, para, quem sabe um dia, poder sepultar seus mortos.

As reuniões abertas ao público costumam ocorrer nas noites de segunda-feira. Na de 25 de outubro de 2004, a pauta discutia o caso das fotos reconhecidas como do jornalista Vladimir Herzog, no DOI-Codi de São Paulo, publicadas pelo Correio Braziliense em 17 de outubro, e a polêmica levantada pela nota do Exército classificando a divulgação dessas fotos como uma “atitude revanchista”.

Após os avisos, a pauta é abordada. A presidente do Grupo, Elizabeth Silveira e Silva, inicia a discussão comentando a segunda nota do Exército, divulgada em 19 de outubro, em que o comandante, general Francisco Albuquerque, lamenta a morte de Herzog. Elizabeth diz que não sabe o que é pior, o tom autoritário da primeira nota ou a tentativa de reparação da nota seguinte. Embora pela primeira vez o Exército se manifestasse sobre o caso com ares de retratação, é vergonhoso, segundo Elizabeth, que isso só acontecesse a pedido do presidente Lula.

Alguns participantes da reunião contam sentir-se novamente nos anos 70, diante do discurso contido nas notas. O advogado José Carlos Tórtima diz que a manutenção do status das Forças Armadas, mesmo com o final do regime militar, não tem mais razão. Para ele, países como a Argentina, com o término do regime militar, não permitem que altas patentes das Forças Armadas justifiquem que os atos da ditadura visavam à manutenção da ordem.

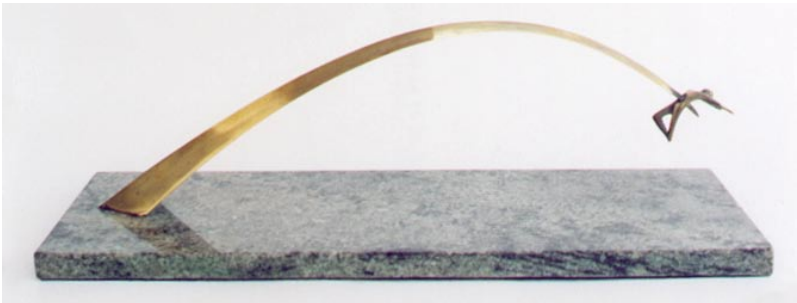
Membros do Grupo demonstraram decepção pelo fato de a presença no Governo de ex-presos políticos, como o ministro

da Casa Civil, José Dirceu, não ter facilitado as investigações sobre os desaparecidos. Cecília Comibra contou que ouviu em Brasília promessas sobre aberturas de arquivos, mas com cautela, como declarou o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo da Cunha.

– Querem uma abertura lenta, segura e gradual nos moldes do Geisel.

Para Flora Abreu, se algum dia esses arquivos forem abertos, isso será feito quando a maioria das pessoas que viveram durante a ditadura e os parentes dos desaparecidos estiver morta.*

<http://www.torturanuncamais->



"Arco da Maldade", projeto de monumento feito por Oscar Niemeyer para o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

* Ao final de 2005, alguns documentos da ditadura foram transferidos para o Arquivo Nacional, onde estarão disponíveis para consulta.

BOLETIM ABI

Associação Brasileira de Imprensa

JUNHO 1976 - NÚMERO 102 - DEZEMBRO 1980

A liberdade de imprensa, meta de 1976

Um relatório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) aponta que a liberdade de imprensa no Brasil ainda é uma meta a ser alcançada em 1976. O documento aponta que a censura prévia ainda é uma prática comum e que a liberdade de expressão ainda é limitada.

Onde se encontra preso o jornalista Orlando Bonfim?

Página 10



O jornalista Orlando Bonfim, preso em São Paulo, é o foco de um documentário da ABI sobre a situação da liberdade de imprensa no Brasil. O filme mostra a luta dos jornalistas por uma imprensa livre e independente.



Um documentário: a morte do homem comum Vladimir Herzog

Um documentário da ABI sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 1969. O filme investiga as circunstâncias da morte e a responsabilidade dos militares.

Na linha de "Ex", nasce "Mais Um"

Um novo projeto da ABI para a criação de uma revista mensal, "Mais Um", destinada a discutir questões de interesse público e a promover a liberdade de expressão.



As técnicas: uma área para "técnicos"?

Um artigo da ABI discutindo a importância da formação técnica e a necessidade de uma área específica para técnicos em uma sociedade moderna.

MEMÓRIAS DE MILITANTES

Maria Luiza Muniz

A Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) constatou que 350 jornalistas foram presos e processados no Brasil entre 1964 e 1982; muitos deles tiveram seus direitos suspensos por até 10 anos. Alguns foram torturados e depois exorcizaram seus demônios em livros, como o jornalista Álvaro Caldas, autor de *Tirando o Capuz*. Outros não sobreviveram, morreram sob tortura. Entre eles, David Capistrano da Costa, Mário Alves e Vladimir Herzog.

Nilo Sérgio Gomes e Jesus Antunes, passados 30 anos da morte do jornalista Herzog, relembram o envolvimento político, a censura e a repressão que sofreram. Nilo Sérgio Gomes, 54 anos, formou-se em Jornalismo em 1975, ano em que Herzog morria vítima de tortura sofrida no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo.

Nilo Sérgio se propõe a empreender uma viagem até a década de 60.

– Naquele tempo, a permanência na Universidade era uma forma de contribuir com o movimento social e com a organização dos estudantes. Eu sou do Rio de Janeiro, mas fui para Brasília em 68 por causa do movimento estudantil, da perseguição política, foto no jornal, essas coisas. Naquela época as pessoas iam “caindo”, em 67, 68. Eu era independente, era simpatizante do Partido Comunista Brasileiro, da Dissidência da Guanabara. Eu não era uma pessoa ‘organizada’, então me senti muito fragilizado. Fui para Brasília, prestei vestibular, passei, mas antes de começar a estudar na Universidade eu também ingressei no jornal O Globo, na sucursal de Brasília.

Duas semanas depois da primeira entrevista com Nilo Gomes, outro jornalista, presidente do Conselho Fiscal da ABI, também relembrou um pouco de sua trajetória nos tempos da ditadura militar. Jesus Antunes concluiu a graduação em Jornalismo na década de 80, mas interrompeu sua atividade profissional em decorrência de seu engajamento político. Disciplinado ao longo de alguns anos pela condição de militante clandestino, Antunes diz que ainda hoje se

levanta às cinco horas todo dia. Em uma manhã, na sua sala, no 11º andar no prédio da ABI, centro do Rio, antes mesmo que o gravador fosse ligado Antunes começou a contar sobre sua participação na Campanha da Legalidade, analisando os acontecimentos que levaram ao golpe e recordando a conjuntura repressiva que causou a morte do jornalista Vladimir Herzog.

No início da década de 60, Jesus Antunes, aos 18 anos de idade, participou da Campanha da Legalidade, após a renúncia de Jânio Quadros em defesa da posse do vice, João Goulart, e liderada por Leonel Brizola no sul do País. O movimento constituiu-se na ocupação militar das rádios Guaíba e Farroupilha e no comando de 104 emissoras de rádios gaúchas, catarinenses e paranaenses. Na época, Antunes estudava no Colégio Júlio de Castilhos, segundo ele, um foco de discussões e mobilizações políticas.

– Para você ter uma idéia, Porto Alegre virou uma praça de guerra, você não ia nem para casa...Aquela mobilização era pela questão da legalidade, né? Estudando depois nós vamos ver que a revolução brasileira deveria ter-se dado em 61 e em 64 era o troco que eles davam. Os militares derrubaram um governo nacionalista. O governo do Jango era um governo nacionalista. Daí a traição dos militares se unindo aos americanos. Sendo que grande parte das forças armadas foi cassada; eram os nacionalistas.

Nilo Sérgio se manteve atuante como jornalista durante o período do regime militar e chegou a atrelar sua profissão à resistência.

– Saí do Jornal do Brasil em 76 e fui trabalhar no jornal Opinião e aí eu estabeleci um relacionamento com a imprensa alternativa. Trabalhei no Opinião até 78, como repórter e depois como revisor. Escrevi para o jornal Movimento e em 78 nós fundamos na Zona Oeste do Rio um jornal chamado Arranco. Havia também um jornal da Baixada Fluminense. Nós éramos ligados ao Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), que tinha bases principalmente no movimento estudantil... Uma organização de esquerda, clandestina, originária da Política Operária (Polop).

Um pouco antes, em 1968, que termina com a decretação do Ato Institucional nº5, o militante Jesus Antunes, envolvido politicamente com uma organização da dissidência do PCB, via-jou para o Rio de Janeiro ao perceber que o cerco se fechava em Porto Alegre. Antunes conta um episódio vivido ainda no Sul que fizera a morte

do jornalista Herzog assumir um significado à parte. Ele comprara um espaço na TV local, Piratini, e apresentava ao vivo aos domingos o programa Panorama estudantil, às 13h. Depois de três meses, no dia em que um líder do movimento estudantil, perseguido por suas ações consideradas “subversivas” seria entrevistado, o programa foi tirado do ar. Antunes, durante o intervalo, foi chamado para comparecer à direção. Ele sabia do perigo que corria se permanecesse ali. Ao reconhecer os oficiais que estavam no prédio, decidiu ir embora, sem escala, rumo à clandestinidade. Era 25 de dezembro de 1968.

– Eu cheguei aqui no Rio e fui preso. Estava clandestino aqui no Rio de Janeiro.

A prisão é um espaço comum na trajetória dos três jornalistas citados. Além disso, vale ressaltar que nenhum deles foi preso estritamente por questões relativas à profissão, mas por um posicionamento político que defendiam ainda que de formas diferentes.

– Quando o MEP caiu – o MEP caiu em abril de 78 – eu comecei a olhar com mais intensidade para o movimento operário porque não havia dirigentes no movimento operário. Nós (da organização política) tínhamos muito interesse no movimento operário. Em 79, eu já estava no movimento operário, fazendo um trabalho de organização de fábricas. O jornal Arranco, fundado em setembro de 78, se uniu ao jornal Berro, que era o Berro da Baixada, e deu origem a um só jornal, o Berro, jornal popular independente. Então, criamos diversos contatos em fábricas e em comunidades populares – relembra Nilo Sérgio.

Antunes estava na clandestinidade, não exercia a profissão de jornalista e participava de uma dissidência que se colocava contra o legalismo do PCB.

- Eu fui de uma dissidência que era contra aquele legalismo do partido. O partido era contra a luta armada. Eu acho até que eles estavam certos nisso, porque eu estava contra também. Nós nunca fomos contra a luta armada, só não achávamos que era a hora. Fui convidado para ir para Cuba, mas antes de eu sair daqui eles já estariam sabendo. E eles (os militares) se infiltravam. O maior perigo nessa época era a infiltração. Eles infiltravam alguém como se fosse... Era um agente. Agora, no movimento estudantil era mais fácil porque você sabia quem era seu colega. Então, não havia relação entre determinados setores na clandestinidade. Era

uma questão de segurança. Quem era operário era operário lá, quem era estudante era estudante. E o Partido sempre tinha uma tradição muito grande de ter alguém no meio intelectual, era uma grande influência. Eu não sei dizer se ele (Herzog) era quadro do partido ou se era simpatizante. Eles (os militares) receberam uma informação; deve ter sido de alguém que falou sob tortura. Não sei se o entregaram porque ele não era de importância interna no PCB, mas ele tinha importância fora porque ele era jornalista, era um cara que estava na TV.

Não muito longe dos espaços de tortura ficavam os espaços de produção da notícia. Se naqueles a lógica era segurar ao máximo a informação, resistir em silêncio ou “abrir” informações e nomes menos relevantes e comprometedores para a organização, no espaço da redação a lógica era inversa. Jesus Antunes apresenta sua visão da censura e dos reflexos sobre a sociedade:

– Naquela época ninguém podia escrever nada, não se escrevia nada. O Estado de São Paulo, quando a censura ficou muito violenta, colocava algumas poesias de Camões e o Jornal da Tarde, receitas de bolo. Quem é que lê o Estado de São Paulo? O povo não lê. Não lê nem hoje. O povo não lê nem O Globo nem Jornal do Brasil. Quem lê jornais é a classe média. Burguês não lê nada. Burguês só viaja. Quem lê é a classe média; são os chamados intelectuais, acadêmicos, universitários. O número de jornais que se vende é baixíssimo. Algumas coisas eram tão violentas que não se podia publicar. Era como se fosse um código. Tinha que dizer a verdade, ‘fulano foi assassinado’. Nenhum jornal fez isso, a não ser os alternativos, que eram perseguidos, fechados.

Nilo Sérgio recorda uma pequena esperteza da turma dos jornais alternativos.

- A gente saía da gráfica e a polícia pegava as edições. Da primeira vez eles pegaram, mas da segunda a gente aprontou uma armadilha e eles caíram. A gente colocou 500 dentro do carro e eles apreenderam os 500 jornais. Depois nós fomos para o botequim, ficamos enrolando durante algum tempo e voltamos para gráfica, onde pegamos o restante da edição. A repressão para- militar seguia a gente, seguia minha companheira, seguia outros companheiros - conta Nilo, que distribuía os jornais pelas fábricas.

A tarefa de denúncia das arbitrariedades do regime ditatorial

que a imprensa alternativa tomou para si foi negligenciada, muitas vezes, pelos grandes meios de comunicação.

– Setores da mídia difundiram que era mesmo suicídio. Há determinadas coisas que tem um limite, ético ou moral. Por isso eu digo que o jornalista não pode virar chapa branca. O 2º Exército deu uma nota dizendo que ele (Herzog) havia se suicidado. O Instituto Médico de São Paulo emitiu um laudo dizendo que era suicido. Então, era uma mentira generalizada. O Globo e os outros difundiram tudo isso – lembra Jesus Antunes.

O Boletim da ABL de novembro e dezembro de 1985 (Ano XXIV) afirma que arbitrariedades como aquela cometida contra Herzog eram banalizadas “pela censura ou pela indiferença e que, quando isso ocorre, é noticiado em magro registro de uma coluna nos jornais”. Contudo, Nilo Gomes ressalta o papel exercido pelo silêncio e pela omissão em determinadas situações.

– Às vezes o silêncio fala. Às vezes a lacuna, a omissão exprime. Temos que estar sempre atentos a isso na análise do discurso, na análise das falas, porque muitas das vezes aquilo que não é dito, aquilo que é silenciado fala com muito mais vigor do que o que dito.

– Muitas das vezes você lia lá no pezinho da matéria ou na transversalidade da notícia e ali você obtinha informações a respeito de rebeldias, de alteridades, de vozes outras.

Nilo reconhece que muitas vezes repetiu, em seu trabalho na grande imprensa, o discurso oficial. “Eu escrevia o fato é que o ministro disse isso e aquilo. O ministro Delfim Neto acaba de informar que a inflação brasileira... Segundo o ministro Delfim Neto... - afirma Nilo, gesticulando como se estivesse batendo nas teclas da máquina de escrever.

Tanto Jesus Antunes quanto Nilo apresentam uma visão crítica quanto ao jornalismo feito nos dias de hoje. Gomes afirma que a liberdade de imprensa não foi conquistada, mesmo após o fim da ditadura:

– Tenho certeza de que não existe liberdade de imprensa. Não existe nem nos organismos da sociedade civil. Há certas mídias, rádios e TVs comunitárias... Não estou falando somente da grande mídia não. Mesmo entre nós outros, nem sempre há liberdade para

eu dizer o que eu penso. Se eu digo o que penso, eu estou arriscado a perder meu emprego.

A respeito da reportagem sobre a prisão de Vladimir Herzog, Jesus Antunes critica a postura do Correio Brasiliense.

– Achei muito estranho que tanto a mulher (Clarice Herzog) quanto o jornal tenham entrado numa armadilha dessa, porque não eram fotos do Herzog. O jornalismo tem que ser investigativo. O Correio Brasiliense pensou em dar um furo e deu uma barrigada.

Mas Nilo Sérgio diz que a repercussão sobre a reportagem fortaleceu a campanha contra o esquecimento.

– Sou a favor de uma lei de anistia que anistie sim, mas não os assassinos. Quem matou Herzog tem que pagar pelo crime que cometeu. Quem matou Manuel Fiel Filho, quem torturou, quem fez as barbaridades, as perversidades, as sevícias. Imagine você preso num pau-de-arara. Eles fazem tudo de você. Você não pode falar nada, só chorar e orar, se você tiver alguma religião. O resto, você não pode fazer nada, vão fazer tudo com seu corpo.

Jesus Antunes compartilha com Nilo Sérgio o mesmo ponto de vista em relação à necessidade de tornar público os documentos e os detalhes dos processos contra aqueles que após serem indiciados por infringir a Lei de Segurança Nacional acabaram sumariamente condenados segundo a lei da tortura.

– Eles torturaram gente que não tinha nada a ver. Os caras eram loucos. Herzog não foi preso por causa do que fez, disse ou permitiu na TV. Ele seria membro do PCB. Alguns dizem que ele revelou isso para a própria mulher, mas não se falava disso com ninguém, nem com a mulher. Você sabia que corria risco, porque eles te pegavam e a primeira coisa que faziam era te pendurar. Primeiro eles te davam uma porrada, dependendo do seu nível de envolvimento. Se você era uma figura secundária davam meia dúzia de tapas, qualquer coisa, te jogavam no canto.. Agora, se você fosse membro dos quadros de importância da organização ou se você tivesse destaque em alguma parte, ai eles te penduravam - afirma Antunes, o 80º na lista de pessoas a serem indenizadas pelo Governo em função dos abusos cometidos durante o regime militar.

No ano da morte de Herzog, um culto ecumênico reuniu

500 pessoas na ABI às 16h do dia 31 de outubro. Ao final do culto silencioso, o então presidente da ABI, Prudente de Moraes, pediu ao todos que deixassem a sede da Associação em grupos e em ordem. Entre os presentes estava Jesus Antunes. Na rua Araújo Porto Alegre estavam dois choques da PM e várias veículos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Delegacia de Polícia Política e Social (DPPS).

Passados 20 anos do término da ditadura, Jesus Antunes crê na manutenção de serviços de informação capazes de investigar a vida de qualquer pessoa e aponta os atuais perigos latino-americanos contra os quais ainda hoje os EUA estariam atuando: Cuba, Venezuela e Haiti. Em relação à política nacional, Antunes se opõe ao governo que ajudou a eleger, enquanto Nilo, jornalista responsável pelo site oficial do PT-RJ, reconhece que quando no poder é preciso tomar cuidado.

– De repente nós viramos exatamente aquilo que combatíamos.

Nilo Sérgio critica a participação da imprensa no processo de distensão política no período final da ditadura.

– Foi sempre a sociedade que empurrou a mídia e então a mídia foi e fez o papel dela - afirma o jornalista que, citando os versos de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, explica metaforicamente como “o silêncio fala”.

“Que medo você tem de nós.../ Olha aí/ Você corta um verso e eu escrevo outro/ Você me prende vivo e eu escapo morto.”(Música Pesadelo)

– Quando eu escapo morto é o silêncio que fala. O Santos Dias (operário morto em São Paulo em manifestação de rua, em 1979) estava convocando uma assembléia e foi morto. Um policial atirou nele. Até hoje o policial não foi descoberto. Mas a morte do Santos Dias acabou reverberando tanto, se tornou um discurso tão, alardeou tanto que foi muito pior para os algozes matar Santos Dias do que deixá-lo vivo. Ele talvez não fosse tão ouvido quanto foi sendo morto. Vladimir Herzog, apesar de nunca ter editado jornais comunistas, acabou falando muito mais através da morte do vivo. Então ‘você me prende vivo e eu escapo morto’, porque através da minha morte, da minha ausência eu vou dizer muito mais do que

eu diria com a minha presença. Matá-lo é calar uma voz cujo silêncio será muito mais atordoante do seria se essa voz continuasse emitindo sonoridades.

A ODISSÉIA DE ULISSES, UM METALÚRGICO

Vitor Moretto

Quando a ditadura militar se instaurou no Brasil, em 1964, Ulisses Lopes tinha mais de 40 anos. Metalúrgico e diretor sindical, Seu Ulisses, que era ligado ao Partido Comunista do Brasil, dali em diante viveu anos conturbados em meio a prisões, invasões ao sindicato, assassinatos de amigos seus e um período de nove anos na clandestinidade. Período em que descobriu a morte de um outro personagem que enfrentara o regime: Vladimir Herzog.

– Não lembro bem como tomei conhecimento da morte de Herzog. Naquela época, condenado e foragido, escondia-me e trabalhava como desenhista numa fábrica de móveis.

No entanto, Ulisses, ao saber da morte do jornalista, lembra que o sentimento de revolta o tomara em um misto de tristeza e vitória. Numa forma impecável de se expressar, de palavras certas e poéticas, recorda-se:

– Àquela altura [da morte de Herzog] já havia perdido, mortos ou desaparecidos, bons companheiros e um dileto amigo [João Massena Melo]. A ditadura não tinha nada a oferecer que nos permitisse alimentar qualquer dose de ilusão. Seus crimes não me surpreendiam.

A parcela vitoriosa de sua explicação concentra-se numa análise digna de um líder revolucionário:

– Deles [dos crimes] tomava conhecimento, revoltado, mas sempre me mantinha tranqüilo. Estava convencido de que o recrutamento da repressão era indício de fraqueza, embora pudesse parecer o contrário.

Tinha razão. A morte de Vladimir Herzog desencadeou uma revolta na sociedade onde, pela primeira vez, ficava explícito aos olhos dos leigos e desinformados que havia tortura, repressão e morte aos que, de alguma forma, se pronunciavam contra o regime militar.

Ulisses Lopes, aos 81 anos, faz críticas à imprensa de uma

forma geral no que diz respeito ao acesso que a população tem às informações sobre aquela época. Paradoxalmente, a mesma mídia a qual pertenceu o jornalista hoje se diz contra a abertura dos arquivos da ditadura.

– A meu ver, a discussão sobre a abertura dos arquivos não tem tido na imprensa o destaque que merecia. Lamentável que respeitadas articulistas não se pronunciem sobre o assunto ou o abordem apenas em passant, enquanto outros, tão enérgicos e persistentes na condenação de indenizações e aposentadorias abusivas, silenciam sobre o que é igualmente, ou mais importante, o conhecimento da verdade sobre quem foi quem na hora da morte e da tortura - analisa.

Ulisses alerta para a contradição entre a morte de um jornalista pela repressão e a gravidade do silêncio da mídia. Atualmente, o ex-metalúrgico faz parte do Grêmio de Veteranos do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Informado, lê jornais diariamente, tanto os impressos quanto pela Internet, sobre os mais variados assuntos: desde os esportes, onde acompanha notícias de seu Vasco da Gama, até política internacional.

Faz críticas ao governo Lula, principalmente ao que chamou de “balaio de alianças” para que chegasse ao poder.

– Seria ingenuidade supor que a redemocratização política, por si só, promovesse uma lavagem cerebral redemocratizante nos corações e mentes de todos os cidadãos brasileiros - complementa.

Ao final da entrevista, fala da necessidade de informação para que as novas gerações não mais permitam que tempos como aquele possam voltar.

– É necessário que não se lhes sonaguem a verdade, nua, crua, transparente - defende. E termina, citando Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal emérito de São Paulo:

– Ainda há muito o que fazer para que toda a verdade venha à tona. Ainda há muito que fazer para que nossa juventude jamais se esqueça destes tempos duros e injustos.

VASCULHANDO OS ESCANINHOS DA MEMÓRIA

Renata Cunha
Maria Luiza Muniz

“Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta”

Cálice – Gilberto Gil e Chico Buarque

O regime instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964 deixou marcas profundas na História do país. Muitos dos que se opuseram ao governo ditatorial escreveram em suas biografias anos de exílio, clandestinidade, estudos e profissões interrompidos, inexplicáveis “desaparecimentos”, “suicídios” forjados; enfim, anos de silêncio. Assim, inúmeras histórias e memórias das arbitrariedades foram caladas diante do medo e da ação repressiva do Estado.

– O silêncio pode ser visto como resistência ao excesso de discursos oficiais, mas também como uma espécie de capa protetora contra violências sofridas no passado – esclarece a professora Icléia Thiesen, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Segundo ela, o silêncio produz lacunas, distorções e o esquecimento, resultado de negociações e disputas que ocorrem na sociedade. Para a professora o não-dito não necessariamente é esquecido, mas permanece nos “escaninhos da memória”, nos redutos familiares ou nas instituições mais fechadas, aguardando as condições favoráveis para se tornar público.

Um dos caminhos percorridos no sentido da preservação da memória acerca da ditadura militar é a publicação de livros-reportagem, como o Dossiê-Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil, de Fernando Pacheco Jordão, Manuel Fiel Filho: quem vai pagar por esse crime?, de Carlos Alberto Luppi, e Santo Dias: Quando o Pas-

sado se Transforma em História. Este último partiu da iniciativa de Luciana Dias, filha do metalúrgico Santo Dias da Silva, assassinado em 1979, durante manifestação grevista realizada em frente à fábrica Sylvânia, no bairro paulistano de Santo Amaro. A jornalista e coautora do livro, Jô Azevedo conta que Luciana desejava marcar os 25 anos da morte do pai com a publicação de um livro sobre a trajetória do operário e militante.

A obra, lançada em 2004, contém depoimentos de amigos, vizinhos, colegas de militância e oponentes políticos, mas também apresenta um panorama do movimento operário em São Paulo nos anos de 60 e 70. As imagens do livro são da fotojornalista Nair Benedicto, uma das primeiras mulheres a cobrir manifestações sindicais. Luciana Dias e Jô Azevedo reuniram ainda, aproximadamente, quatro mil documentos relacionados a Santo Dias, que hoje fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O trabalho de pesquisa, que começou em 2000, foi financiado pelo Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, fundado um ano após a morte do metalúrgico e voltado para ações em favor de vítimas da violência policial.

– A destruição de muitos documentos [sobre a ditadura] foi realizada, não apenas por órgãos da repressão que tentaram ocultar suas ações, mas também pelos próprios militantes que precisavam preservar suas vidas e a de seus companheiros de luta - afirma Thiesen, que ressalta a importância dos documentos escritos ou orais para a reconstrução da memória sobre o regime militar. Contudo, a professora lança um questionamento:

– Resta saber o que de fato queremos construir como memória social.

Ao falar sobre Santo Dias, Jô Azevedo deixa sua sugestão:

– Santo Dias viveu e militou numa época de efervescência social expressiva, apesar da violência da ditadura militar. Os grupos e comunidades estavam descobrindo a força da organização popular, e eram expressivos na região sul da capital, precursora de uma série de movimentos. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo desapareceu da nossa memória histórica. Santo fazia parte dela e morreu defendendo as bandeiras que ela [a Oposição] defendia: liberdade e autonomia sindical, comissões de fábrica, salários e condições de

trabalho dignas. Acho que o livro dá essa contribuição de resgate de um passado importante do movimento social.

Waldemar Rossi, metalúrgico aposentado, ainda é sindicalista da Oposição Operária de São Paulo. A crença na possibilidade de justiça social o acompanha desde que ingressou na Juventude Operária Católica (JOC), em Sertãozinho, sua cidade natal, no interior de São Paulo. Já na capital, concorreu duas vezes (1967 e 1972) à direção do Sindicato dos Metalúrgicos, sendo derrotado por Joaquim dos Santos Andrade. Conhecido por Joaquinão, este velho sindicalista era acusado à época de não se opor ao regime e, segundo Rossi e a jornalista Jô Azevedo, “ligado aos militares”.

Waldemar, 72 anos de idade e 50 de militância operária, recorda o impacto da morte de Santo Dias em 30 de outubro de 1979:

– Durante essa greve, em frente à fábrica Sylvânia Santo Dias da Silva é covardemente assassinado pelo policial militar Herculano. Sua notícia, em plena assembléia na Rua do Carmo, causou forte comoção e impacto, recrudescendo a tensão e impedindo a manipulação pelega pelo final da greve, que se estendeu por dez dias e culminou com o atendimento de boa parte das reivindicações e o reconhecimento de seis Comissões de Fábricas entre as principais de S. Paulo, tudo isso, à revelia da direção sindical e contra as orientações do poder militar. A morte de Santo Dias causou impacto em todo o país e fora dele, devido aos laços que mantínhamos com vários movimentos sociais, principalmente europeus. No dia seguinte ao de sua morte, saindo da Igreja da Consolação, onde seu corpo foi velado, e em cortejo até a catedral da Sé, dezenas de milhares de pessoas estiveram presentes, numa vigorosa e impressionante manifestação de solidariedade à sua família, mas, principalmente, em protesto contra a violência e em defesa do direito de lutar pelos interesses dos trabalhadores. Gritos contra a ditadura estiveram presentes durante todo o cortejo.

Em 1970, Waldemar participou da criação da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, cujo marco inicial foi a “Missa pelo Salário Justo”, celebrada na catedral da Sé.

– A Pastoral Operária (PO) é o resultado da ação militante junto às Comunidades Eclesiais de Base de alguns de nossos antigos militantes ‘jocistas’ [da JOC, Juventude Operária Católica], em particular do trabalho de formiguinha que Célia [esposa dele] e

eu desenvolvemos na periferia da zona leste paulistana. Muitos pequenos grupos foram se formando para refletir a vida de fé aliada à de trabalho e, a partir das exigências evangélicas da justiça e da solidariedade, agir para conscientizar e organizar os trabalhadores. As pastorais operárias se espalharam pelo Brasil, chegando a constituir mais de 100 dioceses - recorda.

Rossi relata ainda que, em 1974, foi preso com outros quatro companheiros durante uma reunião de sindicalistas de oposição, na igreja São João, na cidade de São Paulo, sob a acusação de pertencerem a um grupo denominado Movimento Popular de Libertação (MPL). Levados para o DOPS, sofreram torturas com pau-de-arara, choques elétricos e pancadas. Enquadrados na Lei de Segurança Nacional sob investigação do 1º Exército, no Rio de Janeiro, em 1978, foram absolvidos por unanimidade após o julgamento em duas instâncias, mas permaneceram quatro anos com direitos suspensos.

O ex-metalúrgico avalia os reflexos da repressão militar em sua vida e na de outros submetidos à truculência do regime:

– A experiência me ajudou a entender até onde podem chegar os que defendem os interesses do capital explorador e espoliador. Destroem sua própria personalidade, tornam-se feras sedentas de sangue, se tornam cruéis e insensíveis. São muitos os que resistem bem, até a morte. Porém, foi possível entender por que outros não estão devidamente preparados para esse confronto, já que a sensação é de desespero, de sofrimento cruel infinito. Vi gente que se desestruturou humanamente; muitos, pelo contrário, mostraram o quanto saíram fortalecidos. Contudo, mesmo para quem consegue resistir, os traumas permanecem para sempre, ainda que cicatrizados. E a fé, seja ela político-religiosa ou simplesmente política, se revela como um elemento fundamental diante da tortura.

Há um ano, um grupo de amigos se reuniu, constituindo outro exemplo de tentativa de reconstrução da memória. O Amigos de 68, fundado em janeiro do ano passado e já com 190 integrantes, nasceu de uma proposta de reunir ex-militantes de esquerda do período da ditadura.

– O objetivo principal é o de criar um processo permanente de encontros reais e virtuais, visando recuperar e desenvolver as raízes comuns e os laços de amizade e solidariedade que nos unem - afirma Ricardo Pimenta, coordenador do grupo e moderador da

lista de discussão na internet.

A lista virtual, de acesso restrito aos Amigos, tem 177 inscritos, que abordam os mais variados temas, de assuntos afetivos a discussões políticas.

– Há depoimentos incríveis, irmãos que estavam brigados, separados e que se reencontraram, filhos que passaram a entender seus pais, amigos que venceram seu sentimento de culpa por não terem aderido à luta armada, outros muito doentes que tem na alegria de reencontrar antigos companheiros mais um motivo para viver – relata Pimenta.

Ao mencionar o nome de alguns Amigos, Pimenta os identifica pelo curso, a Universidade e o ano em que ingressaram na Universidade.

– Somos, portanto um Grupo, temos uma identidade, e circula entre nós uma energia positiva fantástica, muito maior do que a soma da força de cada um de nós – afirma Ricardo, Economia, UFRJ, 67. O jovem universitário, em fins de 60, militava no movimento estudantil, foi membro do MR-8 (ex – Dissidência Guanabara) e expulso da Faculdade em março de 1969, pelo Decreto - Lei 477.

O contato entre os Amigos não se restringe à ‘grande rede’. Eles se reúnem periodicamente.

– Pretendemos fazer um grande encontro a cada ano. O primeiro foi em agosto, num condomínio onde a Ana Miranda [estudante de Farmácia em 1967], tem casa. Foi sensacional, realizamos um filme, com 30 minutos, produzido pela Maria de Andrade, neta da Vera Aché e editado pela Julia Martins, filha do Franklin Martins. Estiveram na festa 128 pessoas, entre participantes do grupo e familiares; emoção pura - afirma.

Além de compartilharem lembranças e sentimentos, os integrantes do grupo planejam atividades que reforcem a memória e identidade dos Amigos de 68. Para 2006, estão previstos a elaboração de um site, a publicação de um livro, que vai incluir fotos e textos da época, e a continuação de uma série de debates políticos, iniciada em 2005.

– A série terá o nome de Ciclo Apolônio de Carvalho, talvez um dos maiores exemplos de dedicação à vida revolucionária,

além de ter sido um ser humano para lá de especial. Um dos filhos dele, o René de Carvalho, banido dentre os 70 trocados pelo Embaixador Suíço, também está aqui no Amigos de 68 - conta Ricardo Pimenta.

A historiadora Icléia Thiesen explica que grupos de pesquisa e de discussão, publicações, recursos audiovisuais, outros materiais e espaços são suportes da memória individual, coletiva e social que servem de apoio às lembranças de um tempo passado. No entanto, ela ressalta que tais suportes não determinam o resgate de uma memória social perdida, mas possibilitam sua reconstrução:

– A memória social precisa ser reconstruída, em diversos níveis, segundo a vontade dos envolvidos, as ações de organismos governamentais e não-governamentais e a pressão dos pesquisadores para a liberação dos arquivos militares. Não é um processo simples, pois envolve interesses pesados, que comprometem a imagem de diversas instituições e de indivíduos atrelados aos processos de repressão.

Ao telefone, a voz do Bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino é a de um homem bem-humorado, porém indignado, preocupado com o “direito dos explorados”. O Bispo diz que aos 72 anos sua memória apresenta “falhas”. Contudo, descreve dois importantes episódios de uma História recente, embora “esquecida” por muitos. O primeiro foi o encontro de várias religiões na missa de sétimo dia do jornalista Vladimir Herzog e o segundo, também uma missa, foi celebrada por ele próprio. Na ocasião, em janeiro de 1976, se reuniram membros da Pastoral Operária e militantes de outras áreas, todos atônitos com as circunstâncias da morte de Manuel Fiel Filho. Segundo Dom Angélico, hoje em Blumenau, Santa Catarina, dizia-se à época que aquele operário era um comunista, como se esta opção ideológica o desqualifica-se de alguma forma. Entretanto, o Bispo afirma que sua preocupação era com o “término do arbítrio, a justiça social e o anseio de liberdade”. Este, segundo ele, nenhuma ditadura deveria calar. Dom Angélico afirma que as duas mortes serviram como “bandeiras para defesa da dignidade da pessoa humana”, embora reconheça que o caso de Herzog, talvez por ele ser jornalista, teve maior repercussão. O Bispo se mostra inconformado com os recentes casos de corrupção no cenário político brasileiro, assistido por um “povo atônito”. E cita:

– Karl Marx dizia que aos filósofos cabe explicar a sociedade, a nós cabe transformá-la.

Para o ex-metalúrgico Waldemar Rossi, há várias formas de se impedir que “a História seja sepultada”:

– A iniciativa de lembrar esses terríveis acontecimentos é tão necessária e importante quanto a multiplicação de iniciativas do gênero, com depoimentos dos que fizeram e viveram essa história, para que as atuais e futuras gerações cresçam em corpo, em consciência crítica e assim possam resgatar o utopia de lutar pela construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária - acredita Rossi.

Thiesen reconhece que algumas feridas continuam abertas:

– Nem todos os que sofreram os dramas da tortura e da privação de liberdade encontram-se preparados para revelar ao mundo essa experiência. Além disso, os fantasmas ainda assombram a sociedade, se pensarmos que os métodos de tratamento de prisioneiros utilizados em nossas prisões permanecem em uso, só que agora contra os pobres, os moradores de comunidades carentes, os negros, etc. Essa criminalização da miséria, denunciada em todos os países do mundo, ganha os contornos de um escândalo a ser freado a qualquer custo.

Sobre a recente decisão do governo federal de incentivar a abertura dos arquivos da ditadura, a professora comenta que é preciso tomar cuidado para que o direito à informação não se sobreponha ao direito à privacidade.

– Um dos dilemas diz respeito a informações constantes de prontuários de ex-prisioneiros políticos, as quais foram obtidas mediante tortura, vale dizer, muitas delas até inventadas. Esse tipo de documento é sabidamente produzido em circunstâncias extremamente delicadas. A abertura indiscriminada pode gerar problemas incontornáveis, como por exemplo, a descoberta de denúncias por companheiros feitas nos chamados porões da ditadura. Daí a importância de serem consultados mediante autorização dos interessados – defende Thiesen.

Para falar do silêncio de inúmeras pessoas constrangidas pelo regime de exceção, a professora cita:

– Os indianos dizem que podemos até obrigar alguém a fechar os olhos, mas jamais os obrigaremos a dormir.

